

Maria Elisa Costa, a irmã de Brasília



» SILVÍO CAVALCANTE
Arquiteto

Já seria motivo bastante para agradecer Maria Elisa pela entrega do *Relatório do Plano Piloto de Lucio Costa*, projeto da cidade que ela considerava sua irmã, nos escaninhos do Palácio Gustavo Capanema, no último prazo, para concorrer ao Concurso Nacional da Nova Capital do Brasil.

Projeto esse que, diga-se de passagem, Lucio Costa começou a gestar embarcado num navio, regressando de uma viagem de Nova Iorque para o Rio de Janeiro.

Esses fatos ligaram definitivamente a história de Maria Elisa à trajetória da cidade, que ela passou a defender de maneira intransigente. Sempre esteve disposta a explicar, com muita propriedade, a importância da nova capital, e sua inovadora arquitetura e seu urbanismo.

Nunca me esqueço nossas inúmeras conversas nas quais ela comentava, com provas incontestáveis, sobre a originalidade, a brasilidade e a capacidade criativa dos inventores de Brasília, que espantaram o mundo com tamanha novidade.

Enquanto muitos criticavam a transferência da capital (e ainda havia os que defendiam o

retorno para a antiga Guanabara), ela sempre se posicionou pelo reconhecimento da importância da cidade para o Brasil, enquanto estratégia de integração nacional e interiorização do desenvolvimento. Ressaltava, essencialmente, o papel que a cidade passou a representar no cenário cultural da humanidade, como afirmação da capacidade brasileira nas áreas da arquitetura e urbanismo.

Assim, sempre ligada umbilicalmente à capital moderna, teve importantes atuações em distintas instâncias de gestão pública, como o Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (o Cauma, criado pelo governador José Aparecido de Oliveira, quando ainda não havia a Câmara Legislativa do Distrito Federal), ou a Presidência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Foi decisiva também sua atuação quando do reconhecimento de Brasília, pela Unesco, como Patrimônio Cultural da Humanidade. Colaborou com a implantação do Projeto Brasília Revisitada (texto complementar de Lucio Costa, por ocasião do tombamento, prevendo o futuro crescimento da cidade), notadamente na concepção do bairro Sudoeste.

Muito ligada à trajetória do pai, procurou, ao longo da vida, manter um arquivo de todas as suas atividades profissionais, culminando na edição primorosa do livro *Lucio Costa — registros de uma vivência*, em 1995, quando este já tinha 93 anos.

Sempre preocupada com a preservação do importante acervo, contou com a colaboração do Instituto Antônio Carlos Jobim para sua

guarda por algum tempo. Objetivando uma melhor conservação de todo o acervo e pensando na possibilidade de digitalizar os documentos, a família optou por passar sua guarda para a Casa da Arquitetura, em Matozinhos, Portugal (com iniciativas de compartilhamento digital com o Arquivo Público do Distrito Federal — ArPDF).

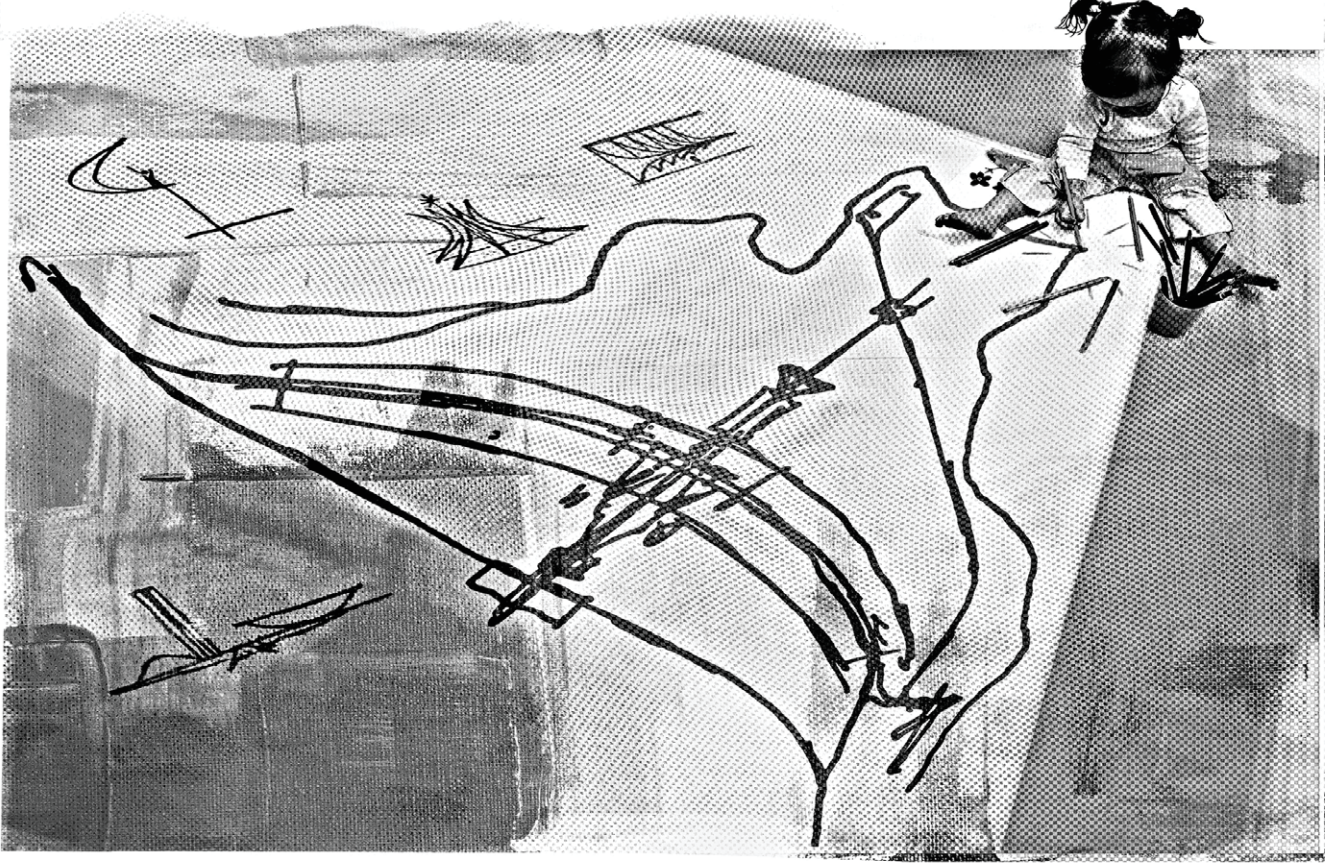
Maria Elisa me abriu as portas do apartamento do Leblon onde morava Lucio Costa, onde, por algumas vezes, tive a grande oportunidade de conversar, por horas, com o inventor de Brasília.

Certa ocasião, levei para ele a boneca do livro *Relatório de Plano Piloto de Brasília*, que estávamos produzindo (numa parceria entre o Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal — DePHA, a Companhia de Desenvolvimento do Distrito Federal — Codeplan e o Arquivo Público — ArPDF), para consultar sobre a capa. Tínhamos a ideia de adotar como título uma frase de sua autoria: “Brasília, cidade que eu inventei”. Ele me disse: — tira o “eu”.

E a capa do livro ficou: Brasília, cidade que inventei.

Tivemos, mais uma vez, a grata satisfação de estar com ele no lançamento do livro, com uma grande exposição de fotografias, no foyer do Teatro Nacional, em 1991.

Brasília e Maria Elisa: uma história que sempre se misturou, desde o nascimento do projeto, seguindo unidas por toda a existência desta personalidade, que merece todo reconhecimento e a nossa mais sincera gratidão.



Enfrentar o problema e construir soluções



» THIAGO PEIXOTO
Secretário de Educação do Distrito Federal e mestre em administração pública pela Universidade de Harvard.

A história mostra que grandes transformações públicas não acontecem quando líderes procuram justificar problemas, minimizar resultados ou transferir responsabilidades. Elas acontecem quando há coragem para reconhecer a realidade, determinação para enfrentar desafios e compromisso para construir soluções. Existem lideranças que administram narrativas e existem lideranças que transformam realidades.

Foi essa postura que a governadora Celina Leão adotou ao colocar a educação no centro da agenda do Distrito Federal. Os resultados do Ideb revelaram uma realidade que exige mudanças. Diante desse cenário, seria possível buscar justificativas ou transferir responsabilidades. A escolha, porém, foi outra: enfrentar o problema e construir soluções.

Com essa convicção, iniciamos a elaboração de um projeto estruturante de reforma educacional para o Distrito Federal. Um projeto de transformação baseada em premissas inseparáveis: coragem, senso de urgência e visão de longo prazo.

Precisamos saber aonde queremos chegar e quais caminhos percorrer para construir uma educação de excelência. Mas não podemos esquecer que existe um estudante hoje em uma sala de aula que precisa aprender agora, nesta aula, neste dia, neste ano letivo.

As bases desse projeto serão construídas em

diálogo com a sociedade e terão como princípio uma ideia simples: não precisamos inventar a roda. Precisamos estudar, adaptar e implementar políticas públicas que demonstraram resultados positivos no Brasil e no mundo, respeitando as características do Distrito Federal.

Recebi da governadora a missão de coordenar esse projeto. Mais do que um convite para assumir a Secretaria de Educação, foi uma convocação para construir uma transformação cujo foco é um só: garantir aprendizagem para os mais de 600 mil estudantes da rede pública.

O Distrito Federal possui um dos corpos docentes mais qualificados do país, com professores altamente preparados, mestres e doutores em seus quadros. Essa excelência precisa se refletir também em mais aprendizagem dos estudantes.

Por isso, os professores estarão no centro dessa mudança, com uma política permanente de formação continuada, apoio pedagógico e valorização profissional. Valorizar significa reconhecer a importância da carreira, mas também construir um compromisso coletivo com aquilo que realmente importa: garantir que todos os estudantes aprendam.

Os diretores e gestores escolares também terão papel fundamental. Eles serão líderes pedagógicos dessa transformação dentro das escolas. Receberão formação e apoio para fortalecer a gestão, acompanhar resultados e colocar a aprendizagem no centro das decisões.

Também será construído um acompanhamento pedagógico rigoroso e colaborativo, formado por profissionais qualificados que atuarão como agentes da mudança, apoiando as escolas e garantindo que as políticas sejam implementadas com qualidade.

O Brasil e o mundo conhecem muitos caminhos que funcionam. O maior desafio da

educação não é apenas saber o que precisa ser feito, mas criar capacidade para implementar bem.

A alfabetização na idade certa será uma prioridade, assim como a ampliação da educação em tempo integral. Mais tempo na escola precisa significar mais oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento para nossos estudantes.

Falo desse desafio também a partir da experiência de quem participou de processos semelhantes de transformação educacional. Em Goiás, uma estratégia consistente levou a rede estadual a se tornar referência em qualidade educacional. Mais recentemente, em Florianópolis, lideramos uma evolução muito expressiva na aprendizagem dos estudantes.

Essas experiências mostram que mudanças profundas são possíveis quando existem liderança, planejamento, acompanhamento e foco permanente na aprendizagem.

Mas esse desafio não será vencido apenas pelo governo. Embora seja uma responsabilidade fundamental do poder público, a transformação da educação depende do envolvimento dos professores, gestores escolares, famílias, estudantes, comunidade escolar e sociedade civil organizada.

O Distrito Federal reúne condições excepcionais para construir uma nova trajetória: profissionais qualificados, uma rede pública forte e capacidade institucional para avançar.

O que fará a diferença será a capacidade de transformar planejamento em execução, compromisso em resultados e boas ideias em aprendizagem.

Porque, no final, a educação será medida por uma pergunta simples e fundamental: nossas crianças estão aprendendo?

É para responder cada vez mais “sim” a essa pergunta que todo esforço deve estar concentrado.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha// circecunha.df@gedabr.com.br



Falência da Oi 2026: 2027 à vista

A confirmação da falência da Oi, em 25 de agosto de 2026, é um símbolo além do desfecho de uma novela corporativa que já duram mais de uma década. Tratamos aqui do maior caso empresarial do período recente no Brasil: um grupo que chegou a acumular cerca de 164 mil credores e um patrimônio líquido negativo superior a R\$ 22 bilhões, depois de ter voltado à recuperação judicial em 2023 com dívidas que já ultrapassavam R\$ 43 bilhões. Entre a primeira decretação de falência, em 2025, a suspensão por recursos e a confirmação definitiva, um ano e meio se passou, tempo suficiente para que a estrutura da empresa se deteriorasse ainda mais, para que credores perdessem qualquer esperança de recuperação integral e para que o país inteiro assistisse, em câmera lenta, ao fim de uma das maiores companhias de telecomunicações que já existiram por aqui. O problema é que a Oi está longe de ser um caso isolado.

A falência é o fim

Ao reunir os processos mais relevantes de falência e recuperação judicial iniciados desde 2023, um padrão preocupante se desenha: setores inteiros da economia brasileira — varejo, têxtil, metalurgia, aviação, papelaria, brinquedos, logística — vêm sendo empurrados para dentro dos tribunais em busca de proteção contra seus próprios credores. Saraiva, símbolo do livro e da cultura de varejo no país, teve a falência decretada em 2023 após descumprir seu plano de recuperação, com uma dívida próxima de R\$ 675 milhões. A Itapemirim Transportes Aéreos viveu um processo tão conturbado que teve a falência decretada e, na sequência, anulada pela Justiça, um vaivém que por si só denuncia a fragilidade dos mecanismos de recuperação empresarial no país.

É preciso fazer, aqui, uma ressalva importante, e este editorial insiste nela porque o debate público brasileiro tem perdido a capacidade de fazer essa distinção. Falência e recuperação judicial não são sinônimos. A falência é o fim: a liquidação dos ativos, o encerramento da atividade. A recuperação judicial, ao contrário, é uma tentativa de sobrevivência, um pedido de socorro protegido por lei para renegociar dívidas sem fechar as portas. Confundir as duas coisas, como tantas vezes acontece nas redes sociais, infla números e distorce o diagnóstico. Mas a ressalva não deve servir de conforto.

O problema

Uma recuperação judicial é, por definição, o reconhecimento formal de que uma empresa não consegue mais honrar seus compromissos sem a proteção da Justiça. E o que os números mostram é que esse reconhecimento está se tornando cada vez mais comum. Basta olhar a lista de empresas que recorreram à recuperação judicial nos últimos anos para perceber que não se trata de casos pontuais de má gestão. Bombril, símbolo doméstico há décadas. A 2W Ecobank. A Cia. de Tecidos Santanense e a Teka, dois nomes históricos da indústria têxtil nacional. A Paranapanema, após uma longa crise no setor de metais. A Rossi Residencial, arrastando dificuldades do mercado imobiliário. E, já em 2026, um conjunto de marcas que fazem parte do dia a dia de milhões de brasileiros: as Casas Bahia, o recém-formado Grupo Toky, que reúne Tok&Stok e Mobly, a rede de móveis Marabraz e a centenária fabricante de brinquedos Estrela, que apresentou plano para reestruturar uma dívida superior a R\$ 109 milhões.

Consequências

Há também um efeito cascata que raramente entra nas manchetes: cada empresa em recuperação judicial carrega consigo uma rede de fornecedores, prestadores de serviço e credores menores que dependem daqueles pagamentos para sustentar seus próprios negócios. Os 164 mil credores da Oi não são uma abstração estatística, são empresas e pessoas que, em algum grau, também terão seus planos financeiros afetados pela demora e pelo desfecho do processo. Multiplicar esse efeito pelas dezenas de empresas hoje em recuperação judicial dá uma ideia do tamanho da onda de segunda ordem que ainda está por vir, mesmo que nenhum novo pedido seja protocolado a partir de hoje.

O Brasil tem instrumentos legais razoavelmente sofisticados para lidar com empresas em dificuldade. A própria existência da recuperação judicial como alternativa à falência é prova disso. O problema é o uso recorrente dessas ferramentas como último recurso em um ambiente de juros altos, burocracia tributária pesada e instabilidade regulatória que segue penalizando desproporcionalmente quem mais precisa de previsibilidade para planejar investimentos de longo prazo.

Futuro

Entrar em 2027 com esse quadro ainda em aberto, sem sinais claros de redução estrutural do custo de crédito, sem simplificação tributária efetivamente implementada e sem um ambiente de negócios mais previsível parece apostar que os próximos nomes na lista não sejam mais companhias de médio porte, mas grupos ainda maiores, com efeitos ainda mais amplos sobre emprego, arrecadação e confiança do mercado. A lição da Oi, da Saraiva e de todas as empresas hoje em recuperação judicial é que o Brasil não pode se dar ao luxo de tratar cada novo caso como um episódio isolado. Eles são, cada vez mais, sintomas do mesmo diagnóstico. Pior do que entrar 2027 com esse conjunto de problemas é querer arrastar e anistiar para o próximo ano os personagens que tornaram essa calamidade possível.

» A frase que foi pronunciada

“Ao optar por trocar princípios preciosos por impulsos inúteis, muitas vezes arruinei minha alma para financiar meu ego.”

Craig D.Lounsborough

» História de Brasília

Foi aí que a reunião transformou-se numa solenidade, usando da palavra a advogada da defesa Newton Antunes, e, a seguir, o promotor Sebastião Barbosa. Foi uma solenidade de grande civismo. (Publicada em 25.05.1961)